

Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950

São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2008. (138 p.)

*Maria Silvia C. Beozzo
Bassanezi et alii*



Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração

São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2008. (132 p.)

*Maria Silvia C. Beozzo
Bassanezi et alii*



Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo, 1850-1950

São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2008. (314 p.)

*Maria Silvia C. Beozzo
Bassanezi et alii*



Luigi Biondi¹

A Editora da Unesp (Universidade Estadual Paulista) acaba de lançar uma obra sobre o tema da imigração internacional em São Paulo ao longo dos cem anos que vão de 1850 a 1950, elaborada e organizada por Maria Silvia Beozzo Bassanezi², Carlos de Almeida Pardo Bacellar³, Ana Silvia Volpi Scott⁴ e Oswaldo Serra Truzzi⁵, dividida em três diferentes volumes: *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950* (com apresentação de José de Souza Martins); *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo, 1850-1950*; e *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. Estes volumes são o resultados do projeto “Imigração, humanismo latino e territorialidade na sociedade paulista (1850-1950)”, financiado pela Fondazione Cassamarca e pelo importante banco Cassa di Risparmio della Marca Trivigiana, do grupo bancário europeu Unicredit⁶, realizado no âmbito do Projeto Brasil Latino, desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp).

Primeiramente, tem de ser dito que a obra possui o grande mérito de reunir e sistematizar, pela primeira vez, um amplíssimo conjunto de instrumentos fundamentais para todo estudioso, sobretudo se historiador, interessado em abordar, empreender ou aprofundar análises no campo das pesquisas sobre o grande tema da imigração estrangeira no Brasil, e particularmente em São Paulo. O objetivo dos autores foi o de fornecer o inventário comentado de um *corpus* documental coerente em torno do tema, que, embora não exaustivo, é com certeza muito vasto e, até hoje, o mais completo. Além disso, um dos volumes é dedicado à análise espacial e estatística do fenômeno imigratório em São Paulo, na forma de um atlas histórico, que também se constitui, desde já, como em referência pioneira e de grande valor neste campo de estudos.

Faltava uma obra como esta no âmbito do estudo das migrações internacionais, tema que, para o caso brasileiro, de fato sempre recebeu notável dedicação nas áreas sociológica, histórica, antropológica e na geografia humana, porém uma atenção sempre muito descontínua em termos quantitativos e qualitativos (alternando muita e boa produção com fases de publicações rarefeitas), fragmentada (voltada para uma ou outra nacionalidade com poucos trabalhos comparativos ou coletivos) e desequilibrada (privilegiando excepcionalmente os estados do Sul do Brasil).

Como são justamente evidenciadas pelos autores, as dimensões da presença estrangeira no território paulista, que, entre as últimas décadas do século XIX e o início dos anos de 1970, recebeu cerca de 3 milhões de imigrantes, mais da metade do total de imigrantes estrangeiros que entraram no país, concentrando assim o maior contingente de estrangeiros no Brasil numa superfície pouco menor que a dos principais países europeus, como Espanha, Itália ou França, exigiam uma obra que finalmente sistematizasse e analisasse a miríade de fontes e a configuração geográfico-estatística do fenômeno migratório em São Paulo.

Esperamos, então, que os três livros inaugurem uma contratendência no âmbito historiográfico brasileiro para que o volume de estudos migratórios não continue concentrado na análise da história dos imigrantes estrangeiros nos estados sulinos, mas se abra para uma nova etapa de estudos sobre o fenômeno massivo da multifacetada e extremamente diferenciada imigração internacional no estado de São Paulo, ainda hoje viva e renovada por fluxos consistentes provenientes de países latino-americanos, asiáticos e africanos.

A periodização escolhida pelos autores, de 1850 a 1950, se caracteriza como uma escolha coerente com o objetivo de analisar, num período de cem anos, a evolução da presença estrangeira em São Paulo utilizando como balizas temporais o fim do tráfico de escravos e a elaboração da Lei de Terras (1850) e o fim da década de 1940, que viu as menores taxas de entradas de imigrantes. Porém, teria sido ainda mais proveitoso e mais coerente, a meu ver, um alargamento na periodização, não tanto para a década de 1840, quando da experiência pioneira do senador Vergueiro na fazenda Ibicaba, mas para a década de 1950, que viu uma reativação considerável da imigração estrangeira para São Paulo, como os próprios autores explicam muito bem no texto introdutório do *Atlas*, aos mapas e gráficos baseados no recenseamento de 1950.

De fato, no período anterior a 1850 a presença de mão-de-obra estrangeira é ínfima, ainda que importante para a elaboração da política posterior da segunda metade do século XIX em relação à imigração, e os autores acompanham muito bem este período pioneiro no volume dedicado ao repertório da legislação. Mas a década de 1950 constituiu um momento inovador e importante, até quantitativamente, para a reconfiguração das comunidades estrangeiras no estado de São Paulo e de uma política de absorção de imigrantes estrangeiros que inseria novamente o Brasil no mais amplo e renovado contexto de reativação dos fluxos migratórios internacionais, assim como havia ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, embora como parceiro minoritário.

Se é lícito colocar, num plano macrotemporal, o Canadá à frente do Brasil, como um país mais atraente para os imigrantes, então seria oportuno considerar também o período 1950-70, com o novo aumento dos fluxos na década de 1950 e sua súbita diminuição na década de 1960 (sobretudo após o golpe). Estas foram as décadas do sucesso migratório canadense, em que o Canadá recebeu, como a Austrália, grande levas de imigrantes de países que tradicionalmente se dirigiam ao Brasil e à Argentina⁷. Não por acaso foram os períodos em que o território paulista passou da emergência de uma nova onda estrangeira imigrante (década de 1950) a um ulterior fortalecimento da migração interna, nacional, com o conseqüente desaparecimento da imigração internacional (década de 1960). Desse modo, se fecharia coerentemente o longo período de abertura aos fluxos populacionais internacionais do Brasil, iniciado, de forma

incerta e contraditória, na década de 1840. No período 1950-1960, apesar da intencionalidade do projeto de uma imigração qualificada e subvencionada, se reapresentaram (consideradas as devidas diferenças quantitativas) problemas parecidos aos da imigração subvencionada rural do período da imigração de massa do fim dos oitocentos e das primeiras décadas do século XX: tentativas não muito bem-sucedidas de expandir o modelo da colônia agrícola (enquanto o latifúndio paulista encontrava nova vida e mais força engolindo milhares de migrantes nacionais e sazonais); criação de um excesso de mão-de-obra operária que a economia industrial (assim como a da lavoura na Primeira República) não conseguiu absorver (é fruto dessa imigração planejada com acordos internacionais, mas mal organizada em território nacional, a proliferação do pequeno comércio imigrante de portugueses, italianos do sul e libaneses, que frequentemente confundimos somente com a imigração antiga destes mesmos grupos). Enfim, teria sido interessante perceber como, do ponto de vista geográfico-estatístico, estas décadas de 1950-70 reconfiguraram a distribuição estrangeira no estado de São Paulo em relação à nacional, e sobretudo à nova população paulista de origem nacional sem ascendência ou origem estrangeira, talvez mostrando a dicotomia entre um interior paulista menos “nacional” e a Grande São Paulo mineira e nordestina que conhecemos hoje.

Se o período 1950-1960 é deixado de lado no *Atlas* somente no que se refere à representação histórico-geográfica – não havendo mapas sobre este arco temporal, mas havendo referências precisas nos textos e em algumas tabelas –, ele é bem representado nos volumes de *Roteiro de fontes* e de *Repertório de legislação*.

O *Atlas* é estruturado de modo a acompanhar os mapas baseados nos principais recenseamentos nacionais e estaduais confiáveis, com imagens significativas da presença imigrante no Estado e com trechos de fontes diversas da época (em grande parte relatórios governamentais e de viajantes), estes também, como as imagens, escolhidos apropriadamente e, portanto, importantes na tarefa de facilitar ao leitor a compreensão dos mapas numa relação dialógica entre os aparentemente “frios” elementos da análise estatística e os testemunhos documentais e imagéticos.

Dividido fundamentalmente em duas partes, uma dedicada ao período imperial e outra ao republicano, o *Atlas*, além de gráficos e tabelas, apresenta os mapas da distribuição dos estrangeiros no seu conjunto e dos principais grupos nacionais (italianos, portugueses, espanhóis e japoneses) no território paulista, em termos proporcionais e absolutos, divididos por município. Para a elaboração dos mapas foram utilizados como fontes os recenseamentos nacionais e regionais publicados de 1854, 1872, 1886, 1920, 1934 e 1950, fornecendo assim a possibilidade de um instrumento utilíssimo para perceber algumas das continuidades e descontinuidades do processo migratório nesse longo período

em termos espaciais e estatísticos, confirmando a tendência à polarização e quase contraposição entre a força de absorção da capital paulista e a do interior; o que exemplifica visivelmente a tese do excesso intencional de mão-de-obra imigrada que tem como efeito, mais que a criação de um reservatório de mão-de-obra rural, uma oferta abundante de trabalhadores para o processo de industrialização do Estado. Em termos gerais, são confirmadas as dimensões conhecidas historicamente da penetração, fixação e mobilidade dos estrangeiros em São Paulo, mas o *Atlas* pela primeira vez nos propõe uma visão coletiva, comparativa e territorialmente definida, relacionando os estrangeiros com os nacionais, e os grupos estrangeiros entre si na sua disposição geográfica. Malgrado os diferentes períodos, as altas taxas de retorno, a evidente diminuição das entradas ao longo do século XX, os mapas evidenciam a persistência dos três principais grupos imigrados – italianos, espanhóis e portugueses (89% dos estrangeiros, em 1920; ainda eram a maioria em 1950, perfazendo 59%) –, que, ao se tornarem uma parte consistente da população paulista, se concentraram fundamentalmente na macroárea da lavoura cafeeira, na capital e municípios vizinhos, e na área de Santos. Por isso, teria sido mais proveitoso, talvez, colocar lado a lado os mapas étnico-populacionais e os presentes no capítulo “A marcha do café”, dedicados à difusão desta cultura agrícola.

A leitura integrada de mapas, gráficos e tabelas torna possível também perceber como se passa de uma fase de rarefação dos estrangeiros, no período imperial, a outra de presença tão consistente que não pode senão caracterizar o fazer-se da história demográfica da população paulista, a uma terceira, finalmente, em que prevaleceu a política de nacionalização do período Vargas. Justamente, os autores não se dedicaram somente a evidenciar a emergência da presença estrangeira e sua difusão e a mostrar a sua configuração étnica em termos histórico-geográficos, mas comparam constantemente o mundo migrante ao nacional, seja ao constituído, nas áreas rurais, pela permanência dos escravos na época imperial, seja o brasileiro do período republicano, que, como sabemos, é formado, por sua vez, pela estratificação de ex-escravos, migrantes nacionais, estrangeiros chegados em ondas diferentes e por seus descendentes.

Um dos problemas do estudo estatístico da imigração em São Paulo, dadas as enormes dimensões tomadas pelo fenômeno, e o fato de ele ser fortemente concentrado temporalmente no período 1885-1914, é o de entender quem são os brasileiros arrolados nos diversos censos, ou seja, saber que uma parte enorme deles são filhos de estrangeiros, o que coloca o historiador diante de uma situação de desconfiança em relação à situação migratória como ela é “fotografada” pelas estatísticas dos censos, que todavia todos nós usamos para, pelo menos, ter uma ideia geral do contexto estrangeiro em que se desenrolam nossas indagações históricas. Os próprios autores alertam sobre o perigo e as cautelas

na utilização dos censos neste âmbito de estudos, assim como evidenciam que a preocupação de entender a sutileza da diferença entre estrangeiro “brasileiro nato” e estrangeiro *tout court* só aparece como evidência de sistematização estatística no censo de 1940, pela política de nacionalização da época. Porém, a meu ver, uma melhor compreensão dos “perigos” interpretativos desta indefinição em torno do ser brasileiro presente nos censos de 1920 e 1934, difíceis de se contornar a não ser através de estudos de caso, teria sido possível complementando as outras tabelas e mapas com as tabelas de casamentos entre grupos nacionais, presentes no *Annuario Estatistico* (em alguns anos publicado como *Annuario Demographico*) do Estado de São Paulo, pelo menos para o período da Primeira República⁸. Além de fornecer um elemento de análise das relações entre grupos nacionais, via taxas endogâmicas/exogâmicas, e deles com os brasileiros, estas tabelas teriam ajudado também no preenchimento do vácuo censitário existente entre 1886 e 1920, correspondente ao período da imigração de massa.

Infelizmente, como os próprios autores salientam, faltam justamente os dados estatísticos confiáveis para este período tão importante, que, porém, é tratado por eles nos textos introdutórios, onde são mostradas: a) as dificuldades de se chegar a uma definição mais sólida do ponto de vista demográfico da presença estrangeira no momento em que mais intensos e dinâmicos são os fluxos de entrada e saída (o que, por si só, já torna incerta a dimensão da população imigrada, fundamentalmente instável neste período); b) a ideia, ainda que inexata, porém muito próxima, acreditamos, que temos atualmente sobre a formação do contingente populacional estrangeiro em São Paulo, graças à comparação de diversos censos municipais e de amostragem e análises demográficas da época da grande imigração.

Finalmente, uma parte do *Atlas* é dedicada à importante análise da questão do acesso dos estrangeiros à propriedade da terra, comparando as situações de 1904-1905 e as de 1934-35, com mapas detalhados segundo as nacionalidades (italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, outros estrangeiros e brasileiros) e segundo o valor e áreas das propriedades rurais. Em geral, sem entrar no debate entre otimistas e pessimistas, os autores pretendem evidenciar as macrodinâmicas das alterações ocorridas entre 1904 e 1934, apontando que

ao menos até 1920, o crescimento do número de proprietários imigrantes não se fez acompanhar por um crescimento correspondente da área, o que poderia ser explicado por uma tendência de aquisição de propriedades de área muito pequena anteriormente a 1920. [...] Por fim, os dados referentes ao valor da propriedade em mãos de imigrantes parecem corroborar aqueles sobre a área: o salto é notável entre 1904 e 1934, e certamente ocorreu após 1920, novamente

apontando para uma aquisição mais tardia de propriedades fundiárias de maior valor e, provavelmente, mais voltadas para a cafeicultura. (p. 92)

Considerando o conjunto da obra, deve ser dito que, mais que os outros dois volumes dedicados às fontes, o *Atlas*, em particular, tem o imenso mérito de fornecer pela primeira vez um quadro de longo período do processo imigratório em São Paulo que até hoje ainda não existe no âmbito historiográfico, e de estimular, portanto, novas pesquisas sobre este tema a partir de um referencial que é bem mais sólido e de ampla duração sobre o fenômeno migratório internacional no estado.

O volume dedicado ao *Repertório de legislação* (que contou também com a colaboração de Marina Gouvêa), pela primeira vez nos traz uma elaboração completa da legislação regional (provincial e estadual) e nacional (imperial e federal) a respeito da imigração em São Paulo, embora considere também o período colonial, iniciando o repertório com a provisão de 1747 que estabelece a vinda de casais de açorianos. O volume termina com a lei (estadual) de dezembro de 1961 sobre a assistência aos migrantes nacionais. O volume, que contém também uma interessante apresentação, resume o conteúdo de cada uma das leis apresentadas, organizadas cronologicamente pela data de promulgação; um trabalho exaustivo, considerando que foram levantadas centenas de portarias, atas e decretos a respeito da imigração em São Paulo, fornecendo, assim, uma visão das mais completas sobre as políticas governamentais neste âmbito.

Instrumento fundamental de apoio à pesquisa é também o *Roteiro de fontes*, que organiza em 310 páginas uma série complexa e variada de documentos para o estudo das migrações em São Paulo, centrado no levantamento das fontes conservadas, na capital, nos fundos do Arquivo do Estado de São Paulo/AESP, do Memorial do Imigrante (antiga Hospedaria dos Imigrantes, no Brás), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/FSEADE; e em Campinas (SP), na Biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas/IAC e no Arquivo Edgard Leuenroth/AEL da Unicamp. Os autores não se limitaram ao levantamento das fontes, por eles sistematizadas respeitando a catalogação (muitas vezes ainda incompleta, como no caso do imenso acervo do AESP) utilizada pelas diversas instituições, mas apresentam no *Roteiro* também amostragens do conteúdo dos documentos, de modo que o leitor tem a possibilidade de entender melhor quais as informações que a fonte propõe, além do que pode ser deduzido pelo título do inventário. As fontes levantadas compreendem documentos de todo tipo: estatísticas, material cartorial, documentos policiais (inclusive o importante acervo do DEOPS no AESP, que a meu ver poderia ter sido descrito com mais profundidade), imprensa nacional, estrangeira e operária, relatórios e correspondências oficiais e particulares, livros e memórias de viajantes, só para

citar os mais consistentes. Um guia precioso, portanto, porque transparece, apenas pelas descrições selecionadas pelos autores, o mundo dos imigrantes em São Paulo em toda sua complexidade e o multifacetado processo de inserção na nova sociedade e das relações interétnicas e de classe.

O *Roteiro*, que, além das instituições citadas, contém também o levantamento de alguns recenseamentos e de bancos de dados disponíveis, se torna, assim, o estímulo e ao mesmo tempo a base para o desenvolvimento de uma nova etapa de estudos que tenham como foco principal ou complementar a história das migrações em São Paulo.

Esta história, pela centralidade que tem na compreensão do século XX e da segunda metade do XIX no Brasil, precisava de uma obra como esta de atenta e profunda sistematização das fontes e de análise estatística e histórico-geográfica a respeito do processo migratório que caracterizou intensamente a sociedade paulista.

NOTAS

¹ Historiador formado na Universidade de Roma “La Sapienza” e doutor em História Social pela Unicamp, atualmente docente da área de História Contemporânea do Curso de História da Unifesp. Dedicar-se especialmente ao estudo das migrações internacionais, da história do trabalho e dos movimentos políticos. Contato do autor: luigi.biondi@unifesp.br.

² Doutora em História, professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia, Núcleo de Estudos de População/NEPO do IFCH da Unicamp.

³ Doutor em História, docente do Departamento de História da USP e também coordenador do Arquivo do Estado de São Paulo/AESP.

⁴ Doutora em História e Civilização, professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos.

⁵ Doutor em Ciências Sociais e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

⁶ A Cassamarca fica na cidade de Treviso, capital da província homônima (na região Vêneto, Itália), área que, aliás, contribuiu com milhares de imigrantes camponeses, e em parte artesãos, para a formação da população estrangeira em São Paulo.

⁷ É neste período que se forma efetivamente a atual comunidade italiana de Toronto, que supera 500 mil pessoas, uma comunidade, aliás, que rouba a São Paulo a cena de capital calabresa do além-mar, título que até a década de 1950 era firmemente mantido por São Paulo.

⁸ Estes anuários são muito bem organizados e explicados pelos autores no *Roteiro de fontes*, nas páginas 184-235.